



Senado aprova descarte de documentos já digitalizados

Projeto, que vai à Câmara, prevê casos em que originais em papel podem ser destruídos após digitalização. Registros históricos devem ser mantidos

O Senado aprovou proposta que permite que documentos em papel possam ser destruídos depois de digitalizados. A regra é válida para documentos públicos e privados que sejam classificados como temporários. Os permanentes e de valor histórico, porém, devem continuar a ser preservados. A digitalização, diz o texto, deve garantir a autenticidade e a integridade dos documentos. O projeto, que agora vai à Câmara, havia sido aprovado em decisão final pela Comissão de Constituição e Justiça, mas teve recurso para análise do Plenário, onde recebeu emendas. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Presidente do Senado, Eunício Oliveira, entre os senadores Sérgio Petecão e Paulo Bauer, comanda sessão plenária em que projeto de lei foi aprovado

Morte de jornalista repercute entre parlamentares **2**

Criação de fundo de segurança pública é confirmada **7**

Nobel da Paz debate com Cristovam direitos da criança **4**

Recurso em inquérito civil pode ficar mais rápido **7**

Ataídes Oliveira será relator de receitas do Orçamento **5**



Pedro França/Agência Senado

Aperfeiçoar o programa habitacional é meta do ministério, disse Araújo

Ministro garante melhorias no Minha Casa, Minha Vida

Em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o ministro das Cidades, Bruno Araújo, afirmou que novos imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida deverão ter mais infraestrutura e acesso a serviços como transporte público e comércio. O programa gerou conjuntos habitacionais desconectados de serviços básicos, disse. Araújo também anunciou a retomada de obras paradas. **5**

Plenário examina o direito de estrangeiro votar

O Plenário vai analisar PEC aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça que assegura aos estrangeiros com residência permanente no Brasil o direito de votar e de se tornarem candidatos nas eleições municipais, desde que haja reciprocidade para brasileiros nos seus países. Hoje só os portugueses estão autorizados. **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Parecer de Anastasia aprova PEC sobre estrangeiros nas eleições municipais

Audiência mostra dificuldade de brasileiro no Japão

Filhos de brasileiros que moram no Japão têm apresentado problemas escolares como baixo aprendizado, atraso de nível, evasão

e, em casos mais graves, desajustes emocionais, diagnósticos possivelmente equivocados de autismo e até delinquência. A gran-

de diferença da língua e da cultura estão entre as causas apontadas por participantes de audiência na Comissão de Educação. **8**



Pedro França/Agência Senado

Cristovam (C) preside debate na Comissão de Educação sobre problemas de filhos de brasileiros em escolas japonesas

Projeto facilita empréstimo a produtor rural

Projeto que permite que o produtor dê parte de um imóvel rural como garantia em empréstimos foi aprovado pelo Plenário na quarta-feira. A ideia, elogiada pelos senadores, é facilitar o crédito ao produtor, que não vai mais precisar comprometer toda a sua terra. Como recebeu emendas, o projeto volta para a Câmara. **3**

Sindicatos pedem melhor gestão da Previdência Social

Na CPI da Previdência, a proposta de reforma do setor foi criticada por sindicatos e confederações que representam trabalhadores. Segundo eles, o governo precisa ser mais eficiente no combate à sonegação, não dar chance de renegociação de dívidas e garantir que verbas da Previdência não sejam usadas para outros fins. **4**

Senadores lamentam morte de Jorge Bastos Moreno

Jornalista, que morreu na quarta-feira aos 63 anos, foi lembrado em Plenário como um exemplo de independência e de ética profissional. Em mensagem, Eunício Oliveira destaca “obra inestimável”

A MORTE DO jornalista Jorge Bastos Moreno, na semana passada, sensibilizou os senadores. Durante a sessão do Plenário de quarta-feira, vários parlamentares manifestaram pesar pela perda e lembraram a trajetória profissional do jornalista. Eles afirmaram que Moreno era uma figura histórica do jornalismo brasileiro, testemunha e porta-voz de grandes acontecimentos da política nacional nas últimas décadas e exemplo de ética. Votos de pesar foram apresentados por representantes de partidos políticos diversos.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, frisou a “aguda independência” de Moreno, que produzia informação picante, mas cheia de lições de conduta política e ética, que tanto estimularam outros jovens repórteres no país.

— O jornalismo fica mais pobre, mais triste e menos doce sem o olhar de Jorge Bastos Moreno, que deixou para todos nós uma obra inestimável do ponto de vista de comportamento, crítica, decência e jornalismo verdadeiro — avaliou.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), um dos autores de voto de pesar, observou que o colunista conseguia conviver com políticos de todos os partidos,



Vanessa, Randolfe, Agripino e Caiado assinam votos de pesar pela morte

artistas e intelectuais, sempre de forma agregadora:

— O Brasil perdeu um bastião não somente do jornalismo, do jornalismo ético, honesto e decente, mas também um bastião da democracia.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) mencionou o quanto o texto do jornalista era leve e fugia à regra da formalidade. Moreno era irreverente e hábil em sua capacidade de aglutinar, mas expunha ideias e sugestões para a solução de crises, disse o senador:

— Moreno foi um jornalista que, na verdade, agia também como um político no exercício de orientar ou de debelar os momentos mais delicados da política nacional.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) e José Agripino (DEM-RN) lembraram o olhar privilegiado e de testemunho do jornalista aos acontecimentos relevantes da política, além de seu papel atuante, ao lado de Ulysses Guimarães, na luta pelas eleições diretas. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) frisou a enorme lacuna que o jornalista deixará na cobertura da vida política brasileira:

— Sua marca ficará para sempre.

Jorge Viana apresenta voto de pesar em discurso na tribuna

Jorge Viana (PT-AC) apresentou voto de pesar pela morte de Jorge Bastos Moreno. O senador comentou a trajetória de sucesso de Moreno como um dos mais respeitados jornalistas de política do país, que ganhou prêmios importantes, com reportagens de grande impacto. Ele ressaltou o caráter “agregador” de Moreno, que conseguia reunir jornalistas de vários veículos, das mais diferentes vertentes da política.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e outros senadores pediram para assinar o voto de pesar.



Ano Volpe/Agência Senado

Mensagem de Eunício Oliveira

O presidente do Senado apresentou mensagem de pesar pela morte do jornalista Jorge Bastos Moreno

É preciso, antes de iniciar esta ordem do dia, fazer uma singela homenagem e um grande reconhecimento ao jornalista Jorge Bastos Moreno, cuja morte abalou muitos dos seus colegas, amigos, admiradores e, principalmente, os seus leitores e ouvintes.

Moreno desenvolveu um estilo próprio de relacionamento com as fontes de informação e com os colegas das diversas redações pelas quais passou.

Sua aguda independência, muitas vezes picante, tornou suas reportagens leitura obrigatória. Tanto pelas informações quanto pelas lições de conduta política que continuam e

estimulavam.

Em sua vivência pessoal e profissional ao lado de Ulysses Guimarães, de quem foi amigo, assessor e biógrafo, Moreno desempenhou um papel especial. Naquele momento, ele foi uma espécie de crítico e conselheiro para nós do PMDB.

O jornalismo brasileiro, particularmente as Organizações Globo, hoje fica mais pobre, mais triste e menos doce sem o olhar de Jorge Bastos Moreno, um importante brasileiro que nos deixou uma obra inestimável.

Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Senado vai oferecer cursos com a Câmara de Salvador

A Câmara Municipal de Salvador assinou na quarta-feira um acordo de cooperação técnica com o Senado, por meio do ILB/Interlegis, que vai permitir à Escola do Legislativo Municipal oferecer a servidores e vereadores os cursos desenvolvidos pelo ILB. O documento foi assinado pelo presidente da Câmara, vereador Léo Prates, e pelo diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças.

A vereadora Marta Rodrigues Costa, diretora da escola, acredita que, além de fortalecer a instituição, a parceria também vai trazer benefícios para a comunidade.

— A Câmara vai se aproximar da população, pois poderemos pensar em necessidades específicas de interesse direto da comunidade e da Casa.

Prates agradeceu o apoio do senador Roberto Muniz (PP-BA) e se disse satisfeito:

— O ILB está fazendo parte de um momento histórico para a nossa Casa, que será definitivo para a capacitação dos servidores e vereadores e, em breve, para o empoderamento da comunidade.

Na reunião de assinatura do documento, ficou acertada para setembro a realização de um Encontro Estadual Interlegis na capital baiana, para discutir temas de interesse do Legislativo municipal.

Comissão debate hoje Brexit e gestão de Donald Trump nos EUA

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove hoje, às 18h, mais uma audiência pública dentro do ciclo O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?. O tema é o Brexit, saída do Reino Unido da União Europeia.

Os convidados deverão abordar o crescimento dos nacionalismos e o futuro da

União Europeia. Também devem analisar se o Brexit e a eleição de Donald Trump são sinais de uma nova era.

Foram convidados o ex-chanceler Celso Amorim e os professores Guilherme Sandoval Góes, da Estácio de Sá, e Klaus Dalgaard, da UFMG.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar do debate

Caravana começa a visitar obras de transposição do Rio São Francisco

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) inicia hoje visitas às obras de transposição do Rio São Francisco nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. O objetivo é fiscalizar o andamento das obras do Eixo Norte. A Caravana das Águas, como está sendo chamada a iniciativa,

foi proposta pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e fará amanhã duas audiências públicas na região: uma às 9h no Auditório Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia, em Pau dos Ferros (RN); e outra às 14h30 no Auditório do Centro de Ensino Superior do Seridó em Caicó (RN).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Liberdade sindical

9h Audiência interativa sobre reforma trabalhista, com foco na Convenção 87 da OIT, que trata da liberdade sindical.

PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa.

CPI DA PREVIDÊNCIA Bancos

14h30 Audiência interativa com representantes de bancos.

CRE Brexit

18h Debate “Brexit: quantos mais? O crescimento dos nacionalismos e o futuro da União Europeia”.

TERÇA

CI Rodovia de Manaus a Porto Velho

8h30 Audiência sobre suspensão da licença de instalação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho. Entre os convidados, representantes de DNIT, Ibama e Funai.

CDR Transposição do Rio São Francisco

9h Audiência interativa sobre obras de transposição do Rio São Francisco, em Pau dos Ferros (RN); às 14h30, outra audiência sobre o mesmo tema em Caicó (RN).

CAE Crédito rural

10h Na pauta com 22 itens, o PLS 354/2014, sobre recomposição de débitos de crédito rural.

CAS Reforma trabalhista

10h Votação do PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista.

CE Políticas do Executivo

11h30 Definição das políticas do Executivo a serem avaliadas pela comissão. Logo depois, deliberativa com 15 itens.

QUARTA

CCJ Veto popular

10h Na pauta de 35 itens, a PEC 21/2015, que cria o direito de revogação e o veto popular.

CRA Cacau de qualidade

14h Entre os 4 itens da pauta, o PLC 7/2017, que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

PLS 258/2016 Aeronáutica

9h45 Reunião da comissão especial.

QUINTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Aprovada regra para descarte de documentos

Projeto prevê que papéis originais públicos ou privados podem ser destruídos depois de digitalizados. Registros históricos e permanentes, porém, devem ser preservados

OS DOCUMENTOS PÚBLICOS e privados apresentados em papel e classificados como temporários poderão ser destruídos após a sua digitalização, desde que respeitados os procedimentos para garantia da integridade, autenticidade e fidedignidade da conversão do arquivo do meio físico para o digital. É o que determina projeto de lei aprovado na quarta-feira pelo Plenário. O PLS 146/2007, do senador Magno Malta (PR-ES), segue para a Câmara dos Deputados.

O relator das emendas de Plenário, Armando Monteiro (PTB-PE), disse que o projeto permitirá melhor gestão de arquivos na administração pública. O senador estimou economia, para a União, de cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano e citou benefícios que o projeto trará:

— Redução de custos, aumento da transparência e da acessibilidade à informação, modernização tecnológica, contribuição à sustentabilidade ambiental, facilidade no manuseio dos arquivos e redução dos espaços físicos para sua guarda — listou.

No entanto, para o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), a proposta, a despeito dos avanços que proporciona, “não pode dar ensejo ao fim da memória nacional”. Ele votou contra o texto, acompanhado do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Segundo Lindbergh, persiste a crítica de arquivistas, antropólogos e historiadores de diversas universidades do país, segundo a qual o projeto pode levar ao fim dos documentos e arquivos públicos, com inestimável prejuízo para a história do Brasil.

Emendas

O projeto havia recebido decisão final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas foi alvo de recurso para análise do Plenário, onde recebeu emendas.

O relator das emendas, Armando Monteiro, sugeriu alterar o Código de Processo Civil para assegurar o mesmo valor probatório do original aos documentos digitais, produzido em conformidade com a lei. Outra modificação proposta pelo relator determina a consulta ao Conselho Nacional de Arquivos para o processo de digitalização.



Após ser aprovado em decisão final na CCJ, projeto recebeu recurso para análise do Plenário, onde ganhou emendas. Texto agora segue à Câmara

Digitalização deverá seguir critérios e poderá usar certificado digital

O relator das emendas em Plenário, Armando Monteiro, explicou que o PLS 146/2007 prevê a eliminação, após a digitalização, dos documentos físicos classificados como temporários. Ele destacou, porém, que os registros considerados permanentes e históricos continuarão a ser preservados, garantidas a guarda e a preservação.

A permissão para eliminar os documentos físicos digitalizados foi inserida no projeto por substitutivo do relator na CCJ, José Maranhão (PMDB-PB). O senador observou que a proibição da lei acaba por impedir avanços na “desmaterialização de processos, como já o fez o Judiciário”. Como o novo Código de Processo Civil já reconheceu os documentos digitais e digitalizados como válidos para os fins de direito, o relator sustentou que isso precisa estar presente também na Lei 12.682/2012.

Em linhas gerais, o projeto fixa critérios sobre a digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou digital, e a reprodução dos documentos particulares e públicos arquivados, de órgãos públicos federais, estaduais e municipais e de entidades da administração pública indireta das três esferas.

Autenticidade

O projeto determina que possam ser utilizados, para assegurar a autoria e a fidedignidade dos documentos,



Armando Monteiro relatou emendas em Plenário e sugeriu alterações no texto

certificados digitais emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) ou equivalente. Assim, os documentos digitalizados passam a ter o mesmo valor dos originais, inclusive quanto à fé pública, e fica permitida sua utilização até mesmo na via judicial.

As condições gerais para a digitalização serão especificadas e detalhadas em regulamento posterior e deverão ser aplicadas em todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

O processo, porém, deverá assegurar a fidedignidade, a confiabilidade, a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digitalizado, com o em-

prego de certificado digital emitido pela ICP-Brasil ou outro meio previsto em regulamento de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive identificação da pessoa por nome de usuário e senha.

Permanentes

No entanto, os documentos de valor permanente deverão seguir a mesma regra aplicada à guarda em geral dos acervos dos órgãos públicos, não podendo ser eliminados, ainda que digitalizados.

Os meios de armazenamento dos documentos digitais deverão protegê-los de acesso, uso, alteração, reprodução e destruição não autorizados e sempre permitir a identificação de quem os acessou.

Segundo José Maranhão, além de autorizar a eliminação de documentos após sua digitalização ou armazenamento em mídia óptica ou digital autenticada, o projeto estabelece que os documentos que passarem por esse processamento, bem como suas reproduções, terão o mesmo valor jurídico do documento original.

Os documentos digitalizados poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo adequado que assegure a sua desintegração, “lavrando-se o respectivo termo de eliminação”.

Projeto que facilita crédito a proprietário rural volta à Câmara

O Plenário aprovou na quarta-feira projeto que autoriza o proprietário de imóvel rural a submeter sua área total ou fração dela ao regime de afetação e instituir a Célula Imobiliária Rural (CIR). Esses procedimentos facilitam a obtenção de crédito porque dão uma garantia aos credores. O texto (PLC 212/2015) volta à Câmara devido às emendas que recebeu do relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

O regime de afetação permite ao produtor rural separar uma parte do seu imóvel para dar como garantia ao pedir um empréstimo. Assim, o produtor não compromete toda a propriedade e separa uma fração que tenha valor equivalente ao da negociação. A mesma separação em frações poderá ser feita

para emissão de Cédula Imobiliária Rural (CIR), um título de crédito criado pela proposta e que poderia ser negociado na bolsa de valores.

“No primeiro caso, o credor pode obter a transferência do imóvel para o seu nome, no caso de inadimplemento. No segundo caso, é realizada a venda do bem, com o pagamento das despesas, da dívida e com o recebimento pelo produtor rural do eventual valor remanescente”, explica Caiado, em relatório favorável ao texto, entregue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo texto, fica sujeito a condenação por crime de estelionato o produtor rural que mentir sobre a área do imóvel rural ou suas características, instalações e acessórios lançados como patrimônio

de afetação. A mesma punição alcança aquele que omitir, na CIR, que o bem está sujeito a outro ônus ou responsabilidade de qualquer espécie, inclusive de natureza fiscal e ambiental.

Caiado fez algumas emendas, que foram apoiadas pelos partidos que participaram da reunião de líderes. Uma delas inclui a obrigação de registrar a CIR em até 90 dias, sob pena de se tornar sem efeito. A outra diz que o proprietário que não emitir a CIR em 90 dias ficará impedido de afetar patrimônio por um ano. E a última acrescenta a necessidade de adimplência em relação a financiamento e créditos rurais contratados, com juros subsidiados.

Telmário Mota (PTB-RR) disse que

a aprovação do projeto vai ampliar e tornar mais simples e ágil o acesso ao crédito pelo produtor rural.

— Esse projeto vai, sem nenhuma dúvida, favorecer tanto o pequeno, quanto o médio, quanto o grande produtor — disse.

José Agripino (DEM-RN) falou que a matéria é muito importante e apresenta uma inovação. O senador explicou que o proprietário de terra não vai mais precisar hipotecar a propriedade inteira.

— Você, em cima da propriedade, reserva uma área, separa uma área e emite uma cédula, chamada CIR. Ela tem valor de suporte ao empréstimo que se é levantado sem que a propriedade como um todo seja dada como garantia do empréstimo — disse.



Fotos: Waldemir Borrajo/Agência Senado

Moacyr Auersvald, Wilson Romero, Pedro de Araújo Neto, Mozart Simões e Mário Jorge dos Santos Filho na CPI: governo deveria cobrar grandes devedores e rever desonerações, sugeriram os debatedores

Sindicalistas contestam deficit da Previdência

Em audiência da CPI que investiga as contas do setor, representantes de trabalhadores criticaram pressa do governo em aprovar a reforma e apontaram problemas na gestão

SINDICATOS E CONFEDERAÇÕES que representam trabalhadores criticaram, na quarta-feira, a proposta de reforma da Previdência. As entidades participaram de audiência pública interativa promovida pela CPI do Senado que investiga a contabilidade da Previdência Social. A proposta (PEC 287/2016) está na Câmara dos Deputados.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, Moacyr Auersvald, afirmou que a Previdência não tem deficit. Com base em dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais, disse que o setor fechou 2015 com saldo positivo de R\$ 24 bilhões. Para o governo, o deficit naquele ano foi de R\$ 85,8 bilhões.

— Uma mentira falada diversas vezes acaba virando ver-

dade. O governo está fazendo isso. A gente anda na rua e está cheio de outdoor dizendo que a Previdência está quebrada.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, Vilson Romero, disse que, antes de mexer na Previdência, o governo precisa ser mais eficiente na recuperação das dívidas dos grandes devedores.

— Não há instituição no Brasil que seja mais saqueada do que a Previdência. Os 500 maiores devedores devem juntos R\$ 426 bilhões. Precisamos de mais procuradores, mudar a legislação e rever os Códigos de Processo Civil e Penal.

O diretor da Federação Nacional do Fisco, Pedro Lopes de Araújo Neto, criticou as renúncias fiscais concedidas pela União. Elas representaram

quase 30% do deficit apurado pelo governo nas contas da Previdência, segundo ele. Araújo destacou o impacto das desonerações sobre os sistemas previdenciários de estados e municípios.

— A partilha da União para estados e municípios se dá sobre o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Quando a União abre mão de R\$ 58,2 bilhões em 2017, os estados deixam de receber R\$ 12,9 bilhões e os municípios, R\$ 14,1 bilhões, em virtude dessa desoneração.

Sucateamento

O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, Mário Jorge dos Santos Filho, disse que a intenção do governo com a reforma é transferir a exploração da Pre-

vidência à iniciativa privada.

— A estratégia é sucatear a máquina pública para entregar tudo aos empresários estrangeiros—, advertiu.

O representante da Federação dos Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior Públicas, Mozart Simões, criticou a pressa do governo em aprovar a matéria no Congresso.

— A reforma é feita a toque de caixa. Essa CPI vai apontar o que todo mundo já sabe: a Previdência não é deficitária.

O senador Lasier Martins (PSD-RS) disse que, ao final das investigações, a CPI precisa apresentar respostas:

— Qual é o verdadeiro débito da Previdência? Por que se endividou? Que critérios são seguidos para a cobrança? Por que há tanta demora para a recuperação dos débitos? Por

que há privilegiados? Haverá no Brasil órgão mais fraudado do que a Previdência? Se essa sangria fosse contida, quem sabe não precisaríamos disso que está preocupando tanto a sociedade brasileira, pela severidade e pela forma cruel com que se propõe a reforma.

O presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), adiantou pontos que devem constar no relatório do senador Hélio José (PMDB-DF):

— No relatório final, vamos apresentar sugestões no campo da gestão da Previdência. Porque o que temos muito claro é que a questão é de: gestão, fiscalização, combate à sonegação, não dar chance de renegociação de dívidas e que o dinheiro da Previdência fique efetivamente com a Previdência — disse Paim.

Nobel da Paz e Cristovam debatem iniciativas pelas crianças

O indiano Kailash Satyarthi, Nobel da Paz em 2014, participou quarta-feira de reunião no gabinete de Cristovam Buarque (PPS-DF) sobre os direitos das crianças e o combate ao trabalho infantil. A reunião foi transmitida ao vivo pelo Facebook.

O Movimento Parlamentares Sem Fronteiras pelos Direitos das Crianças do

Mundo e a Campanha 100 Milhões por 100 Milhões foram as iniciativas abordadas por Satyarthi e pelo senador.

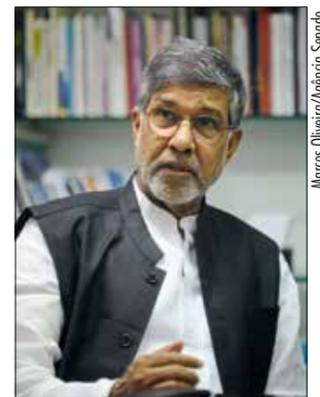
Também estiveram presentes o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara; o deputado Pedro Cunha Lima (PSDB-PB); e a representante do Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

(FNPETI), Tânia Dornellas.

A Campanha 100 Milhões por 100 Milhões, criada em 2016 por Satyarthi, foi lançada na semana passada no Brasil com apoio da coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O objetivo é mobilizar 100 milhões de pessoas a lutar pelos direitos de 100 milhões de crianças que vivem na si-

tuação de trabalho infantil e sem acesso à educação.

Já o Movimento Parlamentares Sem Fronteiras, lançado em 2015 sob liderança de Cristovam, busca estabelecer uma rede de parlamentares voltada para uma agenda global. Satyarthi ressaltou que as crianças precisam de forte apoio político para se livrar da violência.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Nobel da Paz em 2014, Kailash Satyarthi esteve com Cristovam

Senado é convidado a participar da Rede Brasil Mulher

A ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, convidou o Senado a integrar a Rede Brasil Mulher. Coordenado pela secretaria, o programa congrega órgãos do governo, da sociedade civil e da iniciativa privada para fortalecer ações voltadas às políticas para as mulheres.

— Nós viemos convidar o Senado para que faça parte da Rede Brasil Mulher, dentro de algumas ações, que estão sendo exitosas, que o Senado já vem realizando com os funcionários — afirmou Fátima Pelaes, que se reuniu, na terça-feira, com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e com a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka.

A ministra mostrou interesse



Jane de Araújo/Agência Senado — 13/6/2017

Eunício recebe a ministra Fátima Pelaes e a diretora do Senado Ilana Trombka

em duas iniciativas do Senado para promoção de políticas para as mulheres. A primeira trata da reserva de, no mínimo, 2% das vagas dos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados da Casa

para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, desde que o contrato envolva 50 ou mais trabalhadores.

A segunda ainda está em

desenvolvimento por um grupo de trabalho do Senado e se refere à elaboração de protocolo contra assédio moral e sexual. A expectativa é de que o grupo conclua o protocolo até o fim do mês.

No encontro, Eunício entregou à ministra uma publicação que contém o ato da Comissão Diretora que prevê o percentual mínimo de mulheres vítimas de violência na terceirização do Senado e uma minuta do protocolo sobre assédio.

A ministra pediu apoio de Eunício para agilizar, com o Banco do Brasil, a conclusão de obras da Casa da Mulher Brasileira no Ceará, em Roraima e no Maranhão. O dinheiro para o término das três casas já está na conta do banco. Mas o contrato venceu e precisa ser

regularizado.

A Casa da Mulher Brasileira presta atendimento humanizado às mulheres vítimas de diversos tipos de violência. Integra, no mesmo espaço, serviços especializados como acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, Justiça e Ministério Público.

A ministra disse que vai marcar novas reuniões para conhecer as ações da Procuradoria Especial da Mulher e para defender a aprovação de projetos voltados às questões de gênero.

Ela ainda convidou o Senado a participar de uma oficina sobre a Rede Brasil Mulher, no dia 21 de junho. Eunício informou que a Casa enviará representante para participar do evento.

Ministro: Programa Minha Casa será melhorado

Em audiência, titular da pasta das Cidades afirmou que os novos empreendimentos do programa habitacional deverão ter mais infraestrutura urbanística e serviços básicos

MELHORAR A QUALIDADE de vida dos moradores de condomínios do Programa Minha Casa, Minha Vida é uma das principais metas do Ministério das Cidades, enfatizou na quarta-feira o titular da pasta, ministro Bruno Araújo, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Segundo ele, pesquisa identificou que os moradores estão felizes “da porta para dentro”, mas insatisfeitos “da porta para fora”.

Por isso, os novos empreendimentos deverão ter mais infraestrutura urbanística, como ruas entre os edifícios e paisagismo. Além disso, a escolha dos locais para construção de novos condomínios da faixa 1 (para famílias com renda bruta mensal de até R\$ 1,8 mil) deve observar a oferta de transporte público, Correios e telefonia pública, assim como policiamento e comércio.

— Apesar do avanço quantitativo, o programa gerou áreas de segregação, conjuntos habitacionais desconectados do provimento de serviços básicos como comércio, UPAs [unidades de pronto atendimento], escolas, equipamentos sociais mínimos. Precisamos oferecer mais moradias para atenuar



No debate conduzido por Fátima, Araújo falou sobre novas regras do programa e metas do governo

o déficit habitacional, mas também garantir qualidade de vida aos moradores — disse o ministro.

Obras paralisadas

Conforme as novas regras, em cidades com menos de 100 mil moradores, os condomínios não poderão ter mais de 500 unidades habitacionais. Municípios ou empresas com obras paralisadas também não poderão mais participar do programa. A meta do governo é construir 610 mil unidades em 2017.

Araújo ressaltou que o governo está retomando 34 mil obras paralisadas. Está contratando também 25,6 mil unidades para a faixa 1 com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial. Ele disse que o ministério readquiriu equilíbrio financeiro e não tem mais faturas em atraso com construtoras.

— O milagre foi cancelar obras impossíveis de fazer por questões físicas, técnicas e orçamentárias e a partir daí ter tido uma conversa franca com governadores e prefeitos — explicou.

Senadores do governo e da oposição reconheceram que o Minha Casa, Minha Vida, criado no governo Lula, é uma política de Estado fundamental para superar o déficit habitacional de 6 milhões de moradias. O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) saudou Bruno Araújo por aprimorar o programa:

— Não tem como não parabenizar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por esse belíssimo programa, que estava lamentavelmente mal administrado.

A presidente da CDR, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), destacou que o programa foi a primeira política de natureza habitacional no país para quem não tinha casa:

— O mérito do Minha Casa, Minha Vida é exatamente esse. Atento para que o programa não perca foco. O déficit habitacional é gigantesco.

Na audiência, o ministro também abordou outras prioridades da pasta, como projetos de saneamento e regularização fundiária. O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) sugeriu a elaboração de um plano nacional de saneamento. O ministro informou que vários ministérios estão trabalhando na redação de uma medida provisória sobre o tema.

Ataídes Oliveira é escolhido relator de receitas do Orçamento da União para 2018

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Dário Berger (PMDB-SC), concluiu a montagem do núcleo que coordenará as discussões das duas principais propostas analisadas pelo colegiado a cada ano: os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). O primeiro já está na comissão e o segundo chega em agosto.

O deputado Marcus Pestana (PSDB-MG) será o relator do projeto da LDO (PLN 1/2017), que traz orientações para elaboração do Orçamento. Já o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) fará a análise da estimativa de arrecadação federal na proposta da LOA para 2018. Eles foram designados após conversas com líderes partidários. O terceiro nome do núcleo é o deputado Cacá

Leão (PP-BA), relator-geral da proposta orçamentária, indicado em maio. Ele analisará as despesas federais estimadas para o próximo ano.

Pestana deverá apresentar nos próximos dias o relatório preliminar da LDO, com regras para apresentação de emendas. Pela Constituição, o Congresso não pode encerrar o primeiro semestre sem aprovar esse projeto. O texto

da LDO enviado pelo governo prevê como meta de resultado primário de 2018 um déficit de R\$ 131,3 bilhões, equivalente a 1,8% do produto interno bruto (PIB).

Ao senador Ataídes, caberá analisar, por exemplo, concessões e isenções já autorizadas pelo governo que vão impactar as contas públicas e deverão estar estimadas na proposta de lei orçamentária. É o caso do

Refis de estados e municípios, que envolve o parcelamento de R\$ 90,14 bilhões em débitos com o INSS e de R\$ 10 bilhões com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Também será discutida a liberação de R\$ 2 bilhões para as Santas Casas, o reajuste do Bolsa Família, recursos novos para o Fundeb e correção da tabela do Imposto de Renda.

Com Agência Câmara

Fátima aponta risco à demarcação de terras quilombolas

Uma ação que questiona na Justiça a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, com regras para o reconhecimento das terras remanescentes de quilombos, pode colocar em risco a política de demarcação e titulação desses territórios, denunciou Fátima Bezerra (PT-RN). De acordo com a senadora, um “latifundiário” impetrou ação questionando a legalidade do conceito conferido à comunidade de Acauã, em Poço Branco (RN). A ação será julgada na próxima semana.

— Se a tese vencer, poderá abrir um precedente perigoso, colocando em risco a titulação de terras em todo o Brasil. Isso afetará profundamente a dignidade dos povos que ali habitam há várias gerações. Não vamos permitir nenhum retrocesso. É preciso que seja reafirmada a constitucionalidade do decreto.

Telmário cobra verbas federais para Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) reclamou na quarta-feira da falta de investimentos do governo federal em Roraima, especialmente nas áreas de saúde e infraestrutura.

Somente no setor de saúde, segundo o senador, apesar de uma emenda de bancada ter destinado recursos da ordem de R\$ 70 milhões, nenhuma verba foi liberada.

Em todo o estado, conforme Telmário, chegam a quase 400 os casos confirmados de febre chicungunha, sendo 99% na capital, Boa Vista. O senador cobrou do governo respeito com os roraimenses.

— O governo federal deveria ver Roraima como ente federativo e respeitar o nosso povo sofrido, maltratado, mas, com certeza, um povo honesto e trabalhador, que quer somar com o Brasil, e não ficar isolado do país como um todo — disse.

Dário pede apoio para amenizar estragos de chuvas

Integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense tiveram audiência com o presidente Michel Temer para tratar de temas do estado, como os estragos ocasionados por tempestades em mais de 100 municípios nas últimas duas semanas, comunicou Dário Berger (PMDB-SC) na terça-feira.

O senador disse que os ministros Helder Barbalho, da Integração Nacional, e Osmar Terra, do Desenvolvimento Social, foram a Santa Catarina para verificar os estragos das chuvas. De acordo com Dário, 31 mil pessoas foram prejudicadas, com 9 mil residências atingidas. Os prejuízos já somam R\$ 40 milhões, afirmou.

No encontro com Temer, Dário sugeriu a criação de uma Política Nacional da Pesca.

Lopes defende criação de plano de saúde público

Duas propostas que alteram a legislação sobre saúde pública foram apresentadas por Eduardo Lopes (PRB-RJ) na quarta-feira. O objetivo do senador é garantir mais acesso a serviços de saúde e priorizar a assistência bucal e odontológica no Sistema Único de Saúde (SUS).

A PEC 20/2017 autoriza o governo federal a criar plano de saúde público. Os usuários teriam acesso à estrutura da rede privada de saúde e pagariam mensalidades menores, já que parte dos gastos seria paga pelo Tesouro. O plano deverá oferecer cobertura ambulatorial nacional nas áreas médica, odontológica e psicológica. Já o PLS 193/2017 prioriza a assistência odontológica para pacientes internados ou em condições clínicas especiais.

Senador elogia órgão de registro de patentes

Na terça-feira, Eduardo Lopes (PRB-RJ) elogiou a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), órgão responsável pelo registro e concessão de marcas, patentes, desenho industrial e transferência de tecnologia. No Inpi também são registradas as indicações geográficas, programas de computador e topografia de circuito integrado. O senador informou que, no último ano, o Inpi contratou 140 pesquisadores aprovados em concurso e a produtividade cresceu 60%.

— De janeiro a maio deste ano o órgão recebeu mais de 69 mil pedidos de depósito de marca. Desses, outorgou mais de 38 mil concessões. O Brasil não pode descuidar de sua economia do conhecimento. E para tanto, felizmente, conta com a capacidade e a competência do Inpi — disse.

Senadores criticam governo e reformas

Em reunião da Comissão de Direitos Humanos, Paim, Telmário e Lindbergh destacaram mobilizações nacionais contra Temer e defenderam eleições diretas para presidente

AS REFORMAS PROPOSTAS pelo governo de Michel Temer retiram direitos e pioram a crise econômica, defenderam senadores na reunião da Comissão de Direitos Humanos (CDH) na quarta-feira. Como não houve quorum para análise dos projetos em pauta, a comissão discutiu os efeitos das reformas trabalhista e previdenciária para a classe trabalhadora.

Paulo Paim (PT-RS), vice-presidente da comissão, destacou mobilizações recentes, com a participação de artistas, realizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador, que pediram a saída de Temer da Presidência e a convocação de novas eleições.

— Para quem duvidava, as mobilizações estão crescendo e também são contra as reformas previdenciária e trabalhista — disse o senador.

Paim informou que tem aumentado os convites de universidades e associações civis para que participe de debates sobre as reformas em diversas cidades do país. Segundo ele, a população estaria “aterrorizada” com a pauta das reformas, percebida como sendo “exclusivamente de retirada de direitos históricos”.

Os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Telmário Mota (PTB-RR) também criticaram as reformas e disseram apoiar a convocação de novas eleições.

Para Lindbergh, a situação econômica do país vai continuar se deteriorando enquanto não houver “um governo legitimado e fortalecido pelas urnas”. Ele apresentou dados oficiais mostrando uma nova frustração de receitas em maio por parte do governo federal, sinal de que a recessão estaria se aprofundando.

— E essa situação de queda no consumo e nas atividades comerciais só pioram com as reformas trabalhista e previdenciária, pois atacam diretamente o acesso à renda por parte de dezenas de milhões de famílias — afirmou Lindbergh, para quem, o “caráter classista” dos três Poderes e do processo de impeachment contra Dilma Rousseff estaria hoje evidenciado.

— E essa situação de queda no consumo e nas atividades comerciais só pioram com as reformas trabalhista e previdenciária, pois atacam diretamente o acesso à renda por parte de dezenas de milhões de famílias — afirmou Lindbergh, para quem, o “caráter classista” dos três Poderes e do processo de impeachment contra Dilma Rousseff estaria hoje evidenciado.



Paim, Telmário e Lindbergh disseram que as reformas trabalhista e previdenciária vão resultar em retirada de direitos

Fotos: Geraldo Magela/Agência Senado e Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão debate hoje alterações trabalhista e previdenciária

A convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da liberdade sindical e da proteção do direito sindical será o ponto de partida para a discussão das reformas trabalhistas e previdenciárias em audiência pública na CDH hoje. A iniciativa é do senador Paulo Paim.

Foram convidados o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores,

José Calixto Ramos; o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos dos Santos; a vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Garcia Porto; o vice-coordenador nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho, Renan Kalil; e o presidente do Sindicato dos Policiais

Rodoviários Federais no Distrito Federal, José Nivaldino Rodrigues.

Também devem participar do debate, entre outros, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, da Central dos Sindicatos Brasileiros e da Fenafisco.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Paim: propostas só interessam a grandes empresários

Paulo Paim (PT-RS) criticou as reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo governo de Michel Temer. O senador é autor de um dos quatro votos em separado que tenta barrar na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Paim afirmou que a proposta só interessa aos grandes empresários do país. E, ao contrário do que defende o governo, o texto não vai gerar novos empregos. O senador disse que nem integrantes da base de apoio do presidente têm defendido as reformas.

— A sua base está envergonhada, constrangida, presidente Temer. As reformas são tão perversas que, quanto mais eu leio, mais eu me assusto.

Viana defende saída do presidente e governo de transição

A instauração de um governo de transição, que seja capaz de trabalhar com autoridade, pacificar o país e manter a harmonia entre os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo foi defendida pelo senador Jorge Viana (PT-AC) em Plenário, na quarta-feira. Viana pediu a destituição do presidente Michel Temer.

— O país não pode seguir com um governo que virou um caso de polícia — disse o senador.

Jorge Viana avaliou que a crise atinge todo o sistema político e que a sociedade precisa admitir a falência do atual modelo de financiamento e de organização partidária, caso não queira comprometer a manutenção dos fundamentos democráticos.

Temer exerceu abuso de autoridade, diz Randolfe Rodrigues

O presidente Michel Temer exerceu obstrução da Justiça e abuso de autoridade e suas atitudes estão levando o Brasil à “raia do imponderável”, disse Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O senador citou denúncia da imprensa sobre uso dos serviços de inteligência do governo para espionar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin.

Para ele, Temer busca intimidar o STF.

Randolfe mencionou a iminente denúncia de Temer pela Procuradoria-Geral da República e baixos índices de popularidade e sustentação parlamentar.

— Em condições normais, qualquer presidente já teria renunciado — disse.

Lindbergh destaca a instabilidade na Presidência do país

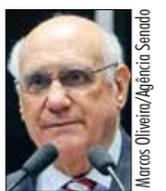
O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), destacou o clima de incerteza e instabilidade com a iminência da apresentação de denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer no Supremo Tribunal Federal.

— Uma denúncia que fala sobre organização criminosa, corrupção passiva. E a Câmara vai ter que autorizar a abertura do processo contra o presidente. O Brasil vai parar. Com as reformas trabalhista e previdenciária, estamos tirando dinheiro das mãos dos pobres e isso vai ter um impacto violentíssimo na economia. Sinceramente, tínhamos que parar a tramitação. Não vai haver clima. Nós estamos caminhando para um grande impasse político — ressaltou.

Lasier registra jantar entre Temer e governadores

Lasier Martins (PSD-RS) informou na quarta-feira em Plenário que o jantar na noite anterior entre o presidente Temer e os governadores, com participação de representantes de bancos oficiais, teve por objetivo renegociar as dívidas dos estados com o BNDES para ganhar fôlego na recuperação das economias.

O senador afirmou que, sem essa renegociação para alongar as dívidas e baixar o valor das prestações, o Rio Grande do Sul não vai conseguir andar. Ele lembrou que o seu projeto que pretende pôr fim ao sigilo das operações do BNDES pode ganhar urgência nesta semana.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Direito de estrangeiro votar vai para Plenário

Pela proposta, residentes no Brasil poderão se candidatar e votar nas eleições municipais, desde que haja reciprocidade

A PROPOSTA DE mudança na Constituição (PEC) que garante a estrangeiros residentes no Brasil o direito de votar e ser votado nas eleições municipais vai ser submetida ao Plenário, onde passará por dois turnos de discussão e votação. A PEC 25/2012, do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), atual chanceler, foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto obteve parecer favorável, com emenda de redação, do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

A PEC modifica o artigo 12 da Constituição para estender aos estrangeiros com residência permanente no Brasil direitos já garantidos aos cidadãos brasileiros. Pela redação atual, a Constituição só concede os direitos de votar e ser votado aos portugueses com residência permanente no país. Caso a proposta seja aprovada, esse benefício valerá para todos os estrangeiros que



Maranhão conduz reunião que aprovou parecer de Antonio Anastasia sobre proposta com mais direitos a estrangeiros

morem no Brasil, mas dependerá de haver reciprocidade em favor de brasileiros nos respectivos países.

“Aproveitamos para alterar esse dispositivo a fim de abrir espaço à diplomacia brasileira para negociar tratados, bilaterais ou multilaterais, que estendam a estrangeiros residentes — e não mais apenas aos portugueses — certos direitos inerentes a brasileiros.

Nesse caso, vislumbramos a possibilidade de, por exemplo, celebrarmos tratados com outros países lusófonos ou com nações inseridas em nosso contexto de integração regional, em especial no que se refere a votar e ser votado nas eleições municipais”, observa Aloysio, no projeto.

Com essa intenção, o autor da proposta também propôs mudar o artigo 14 da

Constituição, que hoje veda o alistamento eleitoral de estrangeiros, com a ressalva para os portugueses, estabelecendo a nacionalidade brasileira como condição de elegibilidade. Pelo texto da proposta, essa possibilidade fica aberta a todos os estrangeiros residentes no país, mas valendo apenas para eleições municipais e dentro do critério de reciprocidade.

A proposta altera ainda o artigo 5º da Constituição, adotando a seguinte redação: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”

Igualdade

Como citou Aloysio na justificativa, hoje a Constituição já prevê a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, entre outros. O objetivo da PEC é retirar a condicionalidade de ser residente para que um estrangeiro tenha esses direitos.

No parecer, Anastasia observou que a PEC está em sintonia com entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, segundo o qual a interpretação do artigo 5º “não deve ser literal” porque, de outra forma, os estrangeiros não residentes estariam alijados da titularidade de todos os direitos fundamentais.

Comissão confirma criação de fundo para segurança

A redação aprovada pelo Plenário à proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública foi confirmada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto da PEC 24/2012 havia recebido duas emendas em Plenário, mas o relator substituto na CCJ, Armando Monteiro (PTB-PE), rejeitou as sugestões.

A proposta agora segue para a Câmara dos Deputados. O autor da PEC, João Capiberibe (PSB-AP), defendeu a necessidade de serem criadas condições financeiras para capacitar os policiais e oferecer equipamentos mais modernos e instalações mais adequadas a esses profissionais.

A emenda proposta por José Medeiros (PSD-MT), em Plenário, pretendia reformular as competências da Polícia

Rodoviária Federal, o que não se adequava aos fins da PEC, segundo o relator. Já a emenda de Glesi Hoffmann (PT-PR) instituiu fundo com as mesmas características do apresentado originalmente e não indicava a fonte de financiamento.

O fundo poderá viabilizar o aprimoramento das atividades de segurança dos estados e do Distrito Federal. Os recursos virão de diversas fontes, como parte dos impostos cobrados das indústrias de armas e de equipamentos de guerra. Também está previsto dinheiro dos tributos sobre a atividade de segurança privada, de instituições financeiras e de leilões judiciais.

A proposta define critérios para a distribuição do dinheiro, após a formação do fundo. Deverão ser levados em consideração os indicadores de violência, a quantidade

de alunos matriculados na educação básica, o salário dos policiais e o aparelhamento e quantitativo desses profissionais em cada estado.

O relator original da PEC na CCJ, Aécio Neves (PSDB-MG), fez ajustes no texto. Ele incorporou, no substitutivo aprovado na CCJ, emenda que deixa mais clara a forma de financiamento da segurança pública no Distrito Federal e incluiu, na composição do fundo, a cota de 50% dos valores apurados em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem ilícita, oriundas do crime em geral.

Atualmente, a União é responsável pelo custeio das polícias Federal e Rodoviária Federal. Aos estados cabe manter as polícias civis e militares. Os municípios devem criar, se necessário, uma guarda municipal.

Texto que agiliza solução de divergências em inquéritos civis recebe emendas

O projeto que regula a apresentação de recursos e reclamações em inquérito civil sob responsabilidade do Ministério Público foi alterado na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou emendas ao texto. A intenção do PLC 218/2015 é evitar o questionamento judicial de divergências que podem ser resolvidas no âmbito do próprio Ministério Público.

A proposta já havia passado pela comissão e foi ao Plenário, onde recebeu duas emendas para limitar as hipóteses em que seria cabível a revisão das decisões proferidas por promotores e procuradores.

O relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), acatou apenas as mudanças sugeridas por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O texto aprovado em dezembro pela CCJ estabelece que, das decisões ou atos de membros do Ministério Público nos autos de inquérito civil ou em peças informativas, poderão ser apresentados recursos ou reclamações ao órgão superior da instituição.

A proposta estabelece prazo de 45 dias para essas demandas serem resolvidas.

A emenda de Randolfe aumenta o prazo para 90 dias, mas delimita as hipó-



Marta Suplicy acredita que o projeto, se aprovado, vai reduzir a burocracia

teses de recursos ao órgão superior para dar mais rapidez e diminuir a burocracia.

Anastasia reforçou que o objetivo do projeto, que altera a Lei 7.347/1985 — reguladora da ação civil pública —, é encaminhar uma solução processual para esclarecimento de fatos relevantes no inquérito civil e, assim, evitar a contestação judicial de eventuais desvios que poderiam ser corrigidos no próprio âmbito do Ministério Público.

Durante a discussão, Marta Suplicy (PMDB-SP) elogiou a iniciativa e ressaltou a importância das ações civis públicas, principalmente na proteção do meio ambiente e do patrimônio público.

A senadora disse acreditar que haverá uma desburocratização dos procedimentos.

Audiência debaterá a reforma do Código Penal

O projeto que trata da reforma do Código Penal brasileiro, será discutido em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O requerimento foi apresentado pelo vice-presidente da comissão, Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator do PLS 236/2012.

“A complexidade e a relevância do assunto motivam

a realização desse debate”, justificou o senador.

O tema deverá ser analisado pelos seguintes convidados: a ministra Maria Thereza de Assis Moura, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); o procurador regional da República, Douglas Fischer; e o professor Pierpaolo Cruz Bottini, da Universidade de

São Paulo (USP).

Também devem ser convidados os professores Luís Greco e Alaor Leite, da Universidade de Augsburg (Alemanha); o defensor público federal, Gustavo de Oliveira Quandt; e o professor Frederico Gomes de Almeida Horta, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Debate: crianças sofrem em adaptação ao Japão

Uma das soluções discutidas é a criação de programa de apoio e acompanhamento escolar no contraturno das aulas na escola japonesa, com monitores brasileiros, universitários

BAIXO APRENDIZADO, ATRASO de nível, evasão escolar e, em casos mais graves, desajustes emocionais e situações de delinquência juvenil têm sido verificados em filhos de brasileiros que residem no Japão. As barreiras da língua e da cultura e a diferença do sistema educacional são os principais motivos que dificultam a integração de crianças e jovens às escolas japonesas, segundo os participantes de audiência realizada na quarta-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Uma das soluções discutidas seria a criação de programa de apoio e acompanhamento escolar no contraturno das aulas da escola japonesa regular, em que os monitores seriam estudantes nos últimos semestres do curso de letras com especialização em língua japonesa em universidades brasileiras. Durante estágio em universidades japonesas, eles realizariam a atividade como bolsistas de programa em acordo entre os governos dos dois países. Também foram propostos campanhas de conscientização dos pais sobre a necessidade de frequentar a escola, avaliações periódicas pelo Ministério da Educação (MEC) das escolas brasileiras no Japão e a capacitação de creches destinadas a brasileiros. Para a educação de brasi-



Carla Carneiro, Cristovam Buarque, Maria Luíza Lopes e Kilton Rocha debatem a adaptação escolar de brasileiros no Japão

leiros no exterior, de modo geral, também foi apontada a necessidade de inserção específica de previsão na lei do Plano Nacional de Educação e suporte para ações de educação continuada e a distância.

Fluxo migratório

Cristovam Buarque (PPS-DF), que propôs a audiência, disse que tomou conhecimento da realidade escolar dos filhos de brasileiros durante viagem ao Japão. O senador observou que filhos de brasileiros que vão para os Estados Unidos, a América Latina e a Europa vão para as escolas, aprendem o idioma local e seguem os cursos sem dificuldades. Mas, no Japão, a língua e a cultura são radicalmente diferentes.

— As escolas japonesas com sistema educacional de alto padrão recebem com carinho, respeito e atenção esses filhos de imigrantes, mas a realidade é que as crianças não se adaptam. Perdem as raízes brasileiras e não adquirem raízes no Japão.

No Japão se localiza a quarta maior comunidade de brasileiros no exterior: quase 181 mil pessoas, exceto as que optaram por cidadania japonesa. Do total, quase 22,2 mil são menores de 10 anos e pouco mais de 19,6 mil têm entre 11 e 19 anos incompletos. Ou seja, estão na fase de ensino regular obrigatório. Quase sempre são dekassegus, descendentes dos japoneses que migraram para o Brasil no século passado.

No auge do fluxo migratório, nas décadas de 1980 e 1990, chegaram a viver no Japão 300 mil brasileiros.

Grupos fechados

Segundo a assessora para assuntos internacionais do MEC Carla Carneiro, a intenção da maioria é trabalhar, juntar dinheiro e voltar ao Brasil. A opção é colocar os filhos em escolas japonesas regulares, onde muitos não se adaptam, ou em escolas privadas criadas por brasileiros. Hoje há uma rede com mais de 70 unidades, pouco mais de 30 reconhecidas pelo ministério. A opção pela escola japonesa envolve o desafio da adaptação.

— Essas crianças começam a ser objeto de *bullying*, vão

ficando isoladas — destacou.

Segundo Kilton Rocha, assessor parlamentar que residiu 17 anos no Japão, contribui para a exclusão dos dekassegus o fato de constituírem grupos isolados, formado por brasileiros ou por latinos.

Sobre as escolas particulares brasileiras no Japão, de ensino fundamental, ele disse que cobram muito caro em comparação com a qualidade do ensino ofertado.

Autismo

A diplomata Maria Luíza Lopes, que dirige o Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, disse que, no Japão, os problemas são de fato mais acentuados, a começar pela carência de creches. As crianças acabam ficando em creches “caseiras” de brasileiras ou com babás. Quando ingressam na escola regular, com 4 a 5 anos, eles ainda não estão falando japonês.

Ela disse ainda que há uma distorção no diagnóstico de autismo em crianças brasileiras, na faixa de 6,15%, quando a taxa não passa de 1,8% entre as japonesas. A rede consular, afirmou, acompanha a questão, para ela, decorrente de registros “equivocados ou precipitados”, feitos por profissionais que não sabem lidar com crianças de cultura diferente.

Eunício recebe bancada e representantes do setor agropecuário

A renegociação das dívidas de produtores rurais adquiridas entre 2012 e 2017 foi pauta do encontro de representantes da bancada parlamentar do agronegócio e presidentes de entidades do setor agropecuário com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, na quarta-feira.

— No Nordeste, a cada dez anos convivemos com uma

instabilidade climática. Ora diminui a produção e produtividade, ora perdemos a totalidade da safra. Quando perdemos, não há como pagar. Então, fomos pedir apoio para sugerir que seja editada uma medida provisória que prorogue os débitos dos agricultores nordestinos de 2012 até 2017 — explicou o deputado Júlio Cesar (PSB-

PI), coordenador da bancada do Nordeste.

De acordo com o deputado, o presidente do Senado afirmou que vai ajudá-los.

— Eunício disse que vai encaminhar nossa proposta ao Palácio do Planalto como um interesse não apenas dele, mas de todos os nordestinos.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Eunício (à dir. na poltrona central) recebe presidentes de entidades do setor

Venda de milho da Conab beneficiará produtores de Petrolina, afirma Bezerra

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) comemorou, na quarta-feira, a liberação da venda direta de milho da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a pequenos produtores rurais de Petrolina (PE) e região. Até 31 de dezembro, serão 8 mil toneladas disponíveis, que beneficiarão principalmente produtores de ovinos do semiárido.

— Isso dará um alento para pequenos trabalhadores rurais manterem seu rebanho diante de seca que se prolonga por mais de seis anos — afirmou.

O senador também destacou a liberação de verbas para reativar o matadouro público da cidade.

Vanessa garante que BR-319 não prejudica meio ambiente

É um equívoco continuar contrapondo o desenvolvimento à preservação do meio ambiente, pois a maior parte dos desenvolvimentistas defendem um modelo sustentável para a melhoria das condições materiais de vida. Com base na defesa desse conceito, Vanessa Grazziottin (PCdo B-AM) voltou a protestar contra a paralisação das obras de manutenção na rodovia BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Para ela, a BR-319, quase toda demarcada em seu entorno, colabora para a preservação ambiental. A senadora lembrou que quarta-feira haverá uma audiência sobre o assunto no Senado.

Paulo Rocha lamenta números do trabalho infantil no Brasil

O Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil é celebrado em 12 de junho desde 2002, por iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT), destacou Paulo Rocha (PT-PA). O senador disse que 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham e deixam de ir à escola no Brasil, sendo que 1,2 milhão tem menos de 13 anos.

Ele lembrou ter apresentado projeto para tornar crime a exploração do trabalho infantil. O PLS 237/2016, já aprovado pelo Senado, está na Câmara.



Ana Volpe/Agência Senado

Ângela critica atuação de companhias aéreas na Região Norte

Ângela Portela (PDT-RR) criticou as companhias Azul e Latam, que alteraram horários e rotas de voos na Região Norte. O resultado, segundo ela, é que uma viagem de Boa Vista a Manaus, que hoje dura 50 minutos, passará a durar dez horas, por conta de escala em Brasília.

A senadora classificou a situação de “absurda” e disse que as empresas não estão considerando a forte relação comercial existente entre os estados do Amazonas e de Roraima. Ela defendeu o incremento da aviação regional.



Marcos Oliveira/Agência Senado